



ISSN 2304-0963
doi: 10.25267/Costas



Vol. Esp. 3: 21-38. 2022

Cioffi, G., Gruber Sansolo, D., 2022. Artisanal Fishing In Marine Governance Context: Analysis of Latin America, Brazil and Costa Verde initiatives. Revista Costas, Vol. Esp. 3: 21-38. doi: 10.25267/Costas.2023.v.3.i2.02

A Pesca Artesanal no Contexto da Governança Marinha: Uma Análise das Iniciativas na América Latina, Brasil e Costa Verde

Artisanal Fishing in Marine Governance Context: Analysis of Latin America, Brazil and Costa Verde Initiatives

Giovana Cioffi, Davis Gruber Sansolo

*e-mail: giovana.cioffi@unesp.br

¹Instituto de Biociências/Campus do Litoral Paulista. Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Brasil.

Keywords: Social participation. Marine ecosystems. Fishing territory. Sustainable development.

Abstract

This work aimed to analyze marine governance initiatives in Latin America, Brazil, and Costa Verde from the artisanal fishing perspective. The techniques applied were bibliographic review and documental investigation, and the analysis was based on some previously defined points. The results showed some intersections between them, such as promotion of social participation and dissonance, in the approaches to the right over the territory, for example. In addition, the predominance of fishing communities and non-governmental organizations in the initiatives was observed.

Submitted: April 2022

Accepted: October 2022

Associate Editor: Martina Daniela Camiolo

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as iniciativas na América Latina, Brasil e Costa Verde da governança marinha a partir da perspectiva da pesca artesanal. Foram aplicadas as técnicas de revisão bibliográfica e pesquisa documental e a análise se deu com base em alguns pontos previamente definidos. Os resultados demonstraram algumas intersecções entre elas, como o fomento à participação social, e também dissonâncias, nas abordagens do direito ao território, por exemplo. Também foi observada a predominância das comunidades pesqueiras e organizações não governamentais nas iniciativas. **Palavras-chave:** Participação social. Ecossistemas marinhos. Território pesqueiro. Desenvolvimento sustentável.

1. Introdução

O presente trabalho concentra-se em dois tópicos: a governança marinha, que orienta a organização da zona costeira por meio de regras de uso e direitos de propriedade (Roquetti *et al.*, 2017); e a pesca artesanal como constituinte que utiliza, interage e compete por espaço e recursos influenciando a dinâmica costeira (Cotrim & Miguel, 2007; Costa & Asmus, 2018).

A governança marinha tem recebido grande atenção dentro e fora da academia enquanto campo de mecanismos e processos a serem pensados para responder mais eficazmente a distúrbios na zona costeira e na pesca (Mateos, 2002).

Dentre as propriedades que a concede grande relevância no campo dos conflitos socioambientais, está o desígnio de conectar diferentes escalas de atuação (ou de ser multiescalar, como explorado adiante). Essa conexão, quando alcançada, garante uma maior adaptação das políticas e demais ações à dinâmica dos sistemas socioecológicos, que por vezes não se restringem a demarcações políticas e jurisdicionais (Newig & Fritsch, 2009; Bodin, 2017).

Entre as iniciativas internacionais mais influentes nas duas últimas décadas nesse sentido estão a FAO¹ (Bonfa Neto, 2020) e a Agenda 2030, ambas orientadas pela ONU, o programa *WorldFish Centre* para

produções aquícolas e pesqueiras sustentáveis, e o projeto PROFISH², liderado pelo Banco Mundial (Vivero, 2002; Hellebrandt *et al.*, 2014).

Contudo, Hellebrandt *et al.* (2014) aponta que as perspectivas globais para governança marinha e da pesca podem se perder em generalizações exageradas na construção de modelos de gestão dos recursos. Isso pode facilitar o predomínio dos interesses ambientais e financeiros globais sobre os locais e consequentemente, resultar na marginalização de comunidades (em especial aquelas de países subdesenvolvidos) dependentes do pescado.

Objetiva-se neste trabalho, portanto, explorar as iniciativas de governança marinha a partir da perspectiva da pesca artesanal desenvolvida no âmbito da América Latina, Brasil e a Costa Verde (litoral entre São Paulo e Rio de Janeiro), buscando identificar confluências, dissensos e atributos multiescalares em suas ações.

O escopo deste artigo tem como plano de fundo algumas questões originadas no desequilíbrio população/recursos pesqueiros – como disputas pelo espaço marinho com outros usos, sobrepesca, destruição ambiental, pobreza, insegurança alimentar e desemprego.

¹ Food and Agriculture Organization of the United Nations.

² Global Program on Fisheries

2. Métodos de levantamento, seleção e análise

O desenvolvimento do artigo se restringiu ao campo teórico e documental. O levantamento dos dados se deu por meio das técnicas de revisão bibliográfica e pesquisa documental em plataformas científicas e em ferramentas de busca universais, sendo ela Google Acadêmico e Google. Algumas palavras-chaves foram estabelecidas com base em uma leitura prévia de materiais correlacionados ao tema proposto. Estas palavras foram aplicadas em português, inglês e espanhol, por meio da seguinte combinação:

- Pesca artesanal (e) América Latina (ou) Brasil (ou) Costa Verde (ou) São Paulo (ou) Rio de Janeiro (e) iniciativas (ou) governança (ou) organização;
- Pesca artesanal (e) Latinoamérica (ou) Brasil (ou) Costa Verde (ou) São Paulo (ou) Rio de Janeiro (e) iniciativas (ou) gobernanza (ou) organización;
- Artisanal fishing (e) Latin America (ou) Brazil (ou) Costa Verde (ou) São Paulo (ou) Rio de Janeiro (e) initiatives (ou) governance (ou) organization.

O uso de outros idiomas para buscar iniciativas no Brasil e na Costa Verde representou uma tentativa de ampliar as buscas de modo a abranger possíveis casos em que ações nestes locais estão sendo pensadas ou financiadas por instituições estrangeiras.

A opção pelo recorte espacial baseou-se nos seguintes argumentos:

- Alguns países da América Latina possuem proximidade contextual em relação às suas características ecológicas, econômicas e socioculturais – o que Diegues (2008) descreveu como uma realidade mais complexa se comparada a países desenvolvidos, devido à resistência de territorialidades não hegemônicas;
- A partir disso, houve o interesse em identificar possíveis alinhamentos e cooperações entre os três níveis de governança;

- A região da Costa Verde é um caso emblemático para este trabalho, considerando que os vetores de pressão sobre a pesca artesanal são potencializados sobretudo pela exploração da Bacia de Santos;

As iniciativas em foco neste artigo correspondem a ações (organizações, movimentos sociais, instituições, projetos, programas etc.) promovidas ou protagonizadas por atores não estatais que objetivem fomentar a pauta da pesca artesanal nos espaços de governança marinha.

A exploração dos dados se baseou na aplicação simplificada dos procedimentos da análise de conteúdo de Bardin (1977).

No primeiro momento, a partir do que foi assumido como iniciativa, houve um levantamento bruto (tabela 1) e os resultados foram posteriormente filtrados com base nos seguintes critérios: (i) a iniciativa abrangia ao menos dois países da América Latina e no caso da Costa Verde, ao menos duas cidades; (ii) tinham como objetivo central a ação prática e não a produção científica (Hellebrandt *et al.*, 2014); (iii) estão com os trabalhos ativos ou em vigor; (iv) possuíam concepção política com foco em questões sociais, não se limitando a fins econômicos ou ambientais; (v) tinham a pesca artesanal como eixo central ou prioritário de atuação. Neste processo, oito iniciativas foram excluídas por não cumprirem com os requisitos.

Posteriormente, os dados foram explorados desde algumas categorias de análise definidas no processo de revisão bibliográfica e também na leitura preliminar do conteúdo das iniciativas, sendo elas: multiescalaridade, territórios pesqueiros e dimensão socio-cultural da pesca. Nesta fase houve a descrição e a interpretação do material a partir da revisão teórica.

Tabela 1. Lista prévia das iniciativas mapeadas.
Table 1. Preview list of mapped initiatives.

Iniciativas	Realizador/es	Abrangência
Comunidad y Biodiversidad (COBI)	Pesquisadores	México
Iniciativa de Pesca Costeira (Coastal Fisheries Initiative- Latin America)	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Equador e Peru
Cooperativa de Pescadores Artesanales	Pescadores e pescadoras artesanais	Equador
Lei Modelo da Pesca Artesanal ou em Pequena Escala – 2017	PARLATINO	América Latina
Comissão de Pesca em Pequena Escala, Artesanal e Aquicultura da América Latina e Caribe (COPPE-SAALC)	FAO	América Latina e Caribe
Cooperativa de Ahorro y Crédito del Sector Pesquero Artesanal CREDIPESCA LTDA.	Voluntários gerais	Equador
Colectivo Internacional en Apoyo al Pescador Artesanal (CIAPA)	Não informado	Global
Área de Cohesión Social y Cooperación Sur-Sur	Secretaría General Iberoamericana (SEGIB)	América Latina e Península Ibérica
Rede Latino-americana das Mulheres do Setor Pesqueiro	INFOPESCA	América Latina
Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)	Pescadores e pescadoras artesanais	Brasil
Articulação Nacional das Pescadoras (ANP)	Pescadoras artesanais	Brasil
Grupo Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras	Pescadores e pescadoras artesanais	Brasil
Conselho Pastoral dos pescadores (CPP)	Agentes pastorais, leigos, religiosos e padres	Brasil
Conservação Internacional (CI) - Brasil	Não informado	Brasil
Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT)	Associações e representantes de comunidades tradicionais	Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba
Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS)	FIOCRUZ/FCT	Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba
Projeto de Educação Ambiental (PEA) da Costa Verde	Petrobrás/IBAMA/OTSS	Costa Verde
Associação dos Pescadores de Boiçucanga (APB)	Pescadores e pescadoras artesanais	São Sebastião
Sindicato dos Pescadores Profissionais e Artesanais	Pescadores e parceiros	Estado do Rio de Janeiro

3. Breve revisão da literatura

Construindo a governança marinha a partir do diálogo com a pesca artesanal

Antes de prosseguir com a revisão, é necessário se atentar a definição de pesca artesanal e de pequena escala. Isso porque, observou-se que, nas políticas analisadas neste trabalho, é comum que ambos termos sejam abordados em conjunto. Porém, não haverá um aprofundamento de conceitos, tendo em vista a ampla discussão já produzida sobre por artigos nacionais e internacionais.

Seguiremos aqui a definição comum às duas modalidades proposta por PARLATINO (2017): atividade pesqueira realizada majoritariamente pelo trabalho manual autônomo, desde a captura até a comercialização, e praticada por comunidades costeiras e ribeirinhas com o uso de instrumentos com modernização mínima e de alcance limitado.

A governança não será abordada aqui com pretensões de um horizonte de rompimento estrutural do capitalismo, atentando-se ao fato de que é primordialmente um produto deste sistema (Santos, 2005). Ainda assim, há a percepção da essencialidade de se disputar narrativas e espaços de governança marinha enquanto estratégia de cooptação do poder estatal em prol de demandas de grupos sociais historicamente marginalizados.

A concepção de governança envolve um redimensionamento do papel estatal (Kissler & Heidemann, 2006) e a possibilidade de regimes formais ou informais que envolvam interação e cooperação de atores não estatais (Pellizzoni, 2004).

As abordagens da pesca artesanal na governança marinha estão, de maneira geral, orientadas para a noção de desenvolvimento sustentável. Entretanto, para além do enfoque no potencial ecológico e econômico, a afirmação dos direitos dos pescadores artesanais perpassa também pelo reconhecimento do acesso ao recurso enquanto alicerce para a configura-

ção sociocultural destas comunidades (FAO, 2015). Desse modo, a atuação de pescadores nos espaços decisórios tem sido determinante no fomento deste processo (Hellebrandt *et al.*, 2014).

A representação básica da estrutura da governança dos ecossistemas marinhos, proposta por Fanning *et al.* (2007) com base na conjuntura da região do Caribe, é constituída de dois componentes: ciclos de elaboração de políticas públicas ou ações de manejo (processos horizontais) e fluxos de informação, cooperação e controle entre níveis de gestão (processos verticais) – a condição de multiescalaridade.

Os processos horizontais, de forma genérica, são compostos pelos estágios de dados e informação, análise e aconselhamento, tomada de decisão, implementação e revisão e avaliação. Cada um deles requer diferentes atores e contribuições, apesar de haver sobreposições entre eles (Mahon *et al.*, 2008).

Os fluxos verticais permitem que os ciclos de gestão dos territórios de comunidades pesqueiras sejam influenciados por instituições de maior escala. Ao mesmo tempo, aqueles ciclos que acontecem em nível local e são mais específicos podem influenciar o cenário institucional em níveis acima (Jentoft, 2004; Fanning *et al.*, 2007).

A estrutura ainda é permeada por uma sólida hierarquia (Acsehrad, 2002), observada tanto no controle de níveis superiores sobre os inferiores (são mais dependentes de insumos) quanto no favorecimento de interesses empresariais e de ambientalistas em detrimento dos pescadores artesanais (Prost, 2016) nos processos horizontais.

Outro cenário verificado, ainda que com maior escassez, é aquele em que as ligações na governança marinha são em sua maioria para cooperação e comunicação (Fanning *et al.*, 2007). Neste modelo, há maior adaptação às particularidades dos territórios e sucesso implementação de ações (Cioffi, 2021). Por exemplo,

os esforços regionais para conservação da ictiofauna marinha podem ser dificultados se a importância nutricional e econômica do pescado em nível territorial não for considerada (Fanning *et al.*, 2007).

Nesse sentido, o território de comunidades pesqueiras é o lugar, o “espaço vivo e dinâmico [...] onde se concretizam as relações de cooperação e poder” (Akerman, 2004: p. 134) e as ações da governança marinha. Apresentamos a seguir reflexões sobre o diálogo território e governança.

Território pesqueiro enquanto campo de disputas e exercício da governança marinha

A noção de governança marinha conecta-se a uma nova forma de construção territorial. De acordo com Haesbaert (2007), a multiterritorialidade³ impõe formas reticulares de controle, cujos circuitos de poder tangenciam, mas não se enclausuram no Estado.

A diluição do poder pelo território significaria um avanço na luta da garantia do direito de acesso e uso dos recursos pesqueiros pelas comunidades. Nota-se, entretanto, que este processo ainda é intrincado pelo afloramento dos interesses de outros atores territorializados. De acordo com Silva (2008), por vezes determinadas práticas territoriais não são aceitas por todos os atores sociais, estando sujeitas a conflitos e negociações no espaço geográfico em que se propõem consolidar.

Em territórios pesqueiros, isso se concretiza no confronto entre a pesca artesanal e outras atividades econômicas que, segundo De Paula e Silva (2020), estão muitas vezes associadas a níveis de comando regionais, nacionais ou globais. Isso aumenta o vetor de pressão sobre órgãos públicos, levando-os a flexibilizar e facilitar a sua entrada nos territórios.

A configuração dos territórios pesqueiros envolve, frequentemente, modelos coletivos de gestão da pesca artesanal, o que Cardoso (2003) aponta como expressão de uma legitimidade oriunda da apropriação histórica do espaço pelas comunidades.

Como exemplo, cita-se os acordos de pesca como instrumento coletivo de regulação da atividade (Cardoso, 2003). Um acordo de pesca (ou outra ação comunitária) realizado de forma pontual e restrita a determinado território não constituiria uma pressão concreta à operação da governança.

Estas ações, porém, ao se conceberem como instituições sociais comuns a territórios pesqueiros e por serem muitas vezes respaldadas pelo Estado e outras instituições (Rodrigues *et al.*, 2021), representam: resultados diretos contra fluxos hierárquicos de governança e a hegemonia de outras territorialidades; e o fortalecimento de princípios de governança que reconheçam formas comunitárias de manejo dos ecossistemas marinhos.

Alguns processos tem sido descritos na literatura científica que, conectados, configuram uma maior expressão da pesca artesanal na governança marinha.

- Do seio territorial emergem modelos organizativos como força política para transformação social (Cardoso, 2005; Germani, 2010). Associações, movimentos sociais e colônias são grandes vetores de pressão na dinâmica da governança (Foschiera & Pereira, 2014; Souza *et al.*, 2020);
- Os espaços decisórios (conselhos, câmaras técnicas, etc) são campos de negociação importantes para serem ocupados por estas organizações (Nobre & Schiavetti, 2013; Prost, 2016);
- O poder de influência das organizações é potencializado quando há articulação com re-

³ “[...] forma contemporânea ou “pós-moderna” da reterritorialização [...]. É consequência direta da predominância dos territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, sobre os territórios-zona, exclusivistas e contínuos [...]” (Haesbaert, 2005: p. 19).

des externas, normalmente com o terceiro setor (Marleteo & Silva, 2004; Mertens *et al.*, 2011). Uma vez estabelecida a fundamentação teórica,

passamos então para a contextualização das áreas de estudo e posteriormente, para a análise das iniciativas encontradas.

4. Contextualização da pesca artesanal: América Latina, Brasil e Costa Verde

O setor pesqueiro na América Latina e Caribe (figura 1) emprega, conforme FAO (2017), 2,3 milhões de pessoas e nove entre dez pescadores são artesanais ou de pequena escala. A pesca artesanal ainda é responsável por aproximadamente metade da captura total dos países da região (Begossi *et al.*, 2010). No Brasil, em termos produtivos, dados de 2007 demonstram

que a pesca artesanal em ambientes marinhos foi responsável por 47,2% dos pescados capturados no ano, se sobrepondo à pesca industrial e aquicultura (IBAMA, 2007).

Contudo, pescadores artesanais vêm sendo apontados como vulneráveis a pobreza e insegurança alimentar, sobretudo aqueles que carecem de atividades

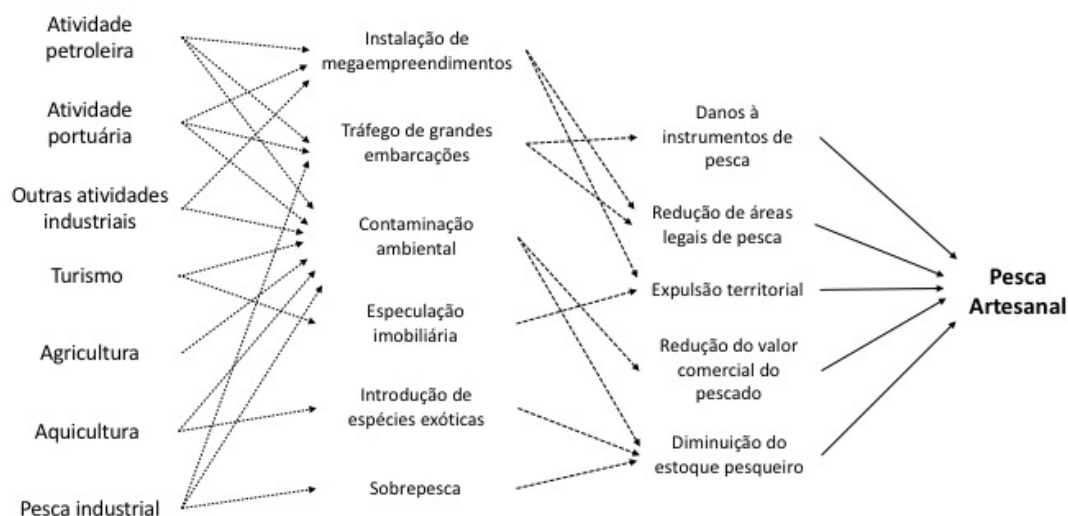


Figura 1. Cadeia simplificada de pressões sobre a pesca artesanal a partir das principais atividades econômicas desenvolvidas na zona costeira e marinha da América Latina. Fonte: elaborado pelos autores com base em De Paula (2018), São Paulo (2014), Barbieri et al. (2014), Begossi et al. (2014) e Lemay (1998).

Figure 1. Simplified chain of pressures over the artisanal fishing from the main economic activities developing on Latin America marine and coastal zone. Source: designed by the authors based on De Paula (2018), São Paulo (2014), Barbieri et al. (2014), Begossi et al. (2014) and Lemay (1998).

ou recursos econômicos complementares (Begossi *et al.*, 2014; Quizán-Plata *et al.*, 2020). Essa vulnerabilidade é agravada no Brasil por fatores como a baixa participação de mulheres na pesca (30% contra 70% de homens) e a falta de escolaridade de mais de 70% dos pescadores (ALENCAR e MAIA, 2011).

A pesca artesanal ao longo da costa latino-americana é submetida a estressores oriundos das atividades econômicas de larga escala (figura 1), o que produz e intensifica o quadro de vulnerabilidade. A cadeia de pressões revela não só impactos diretos sobre a pesca artesanal, mas o emaranhado de interesses e variáveis que disputam o domínio sobre espaços de governança da América Latina.

Destaca-se que as pressões não se limitam apenas ao identificado na figura 1, considerando que a expansão do capital origina territorialidades hegemônicas que vão além de relações econômicas e políticas, afetando também as relações culturais do território (Deleuze & Guattari, 1996).

Na Costa Verde (figura 2) – região composta pelas cidades de Caraguatatuba, São Sebastião, Ilhabela, Ubatuba, em São Paulo, e Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba, no Rio de Janeiro – a atividade pesqueira artesanal representa uma de suas principais atividades econômicas. Cerca de 66% da receita gerada pela pesca entre 2009 e 2013 no litoral norte paulista, por exemplo, diz respeito à captura artesanal (Instituto de Pesca/Petrobrás, 2016).

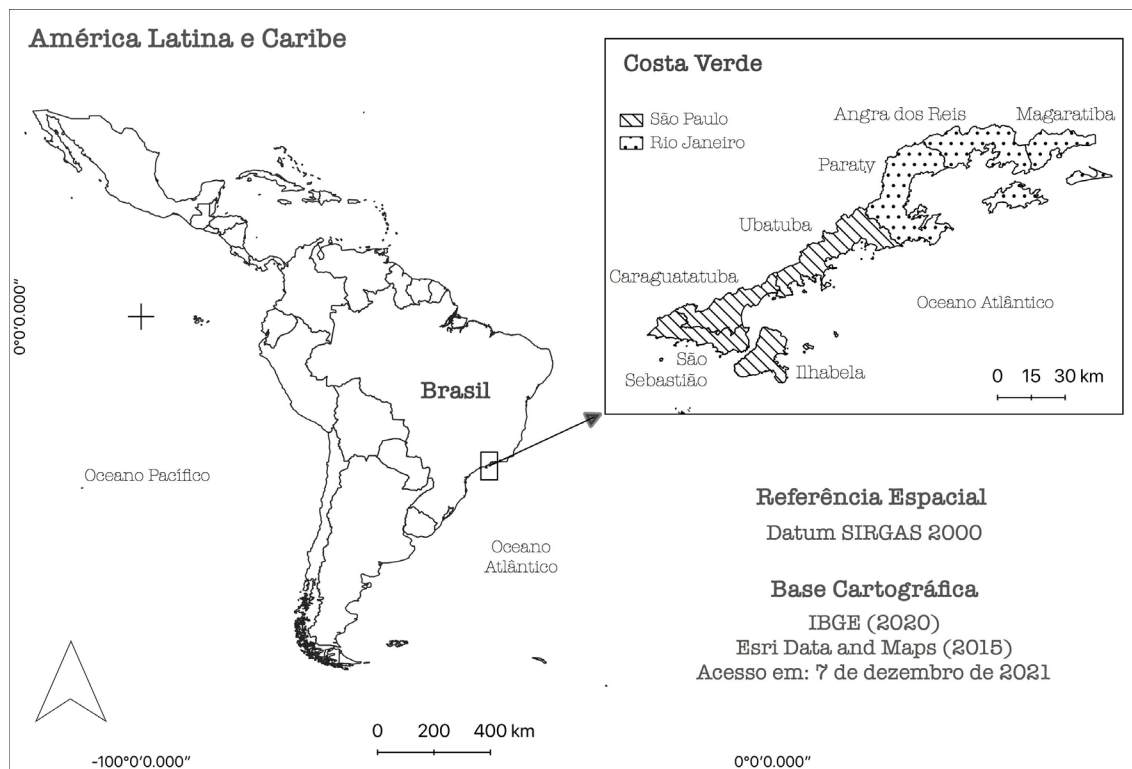


Figura 2. Mapa de localização da área de estudo. Fonte: elaborado pelos autores com base em IBGE (2020) e Esri Data and Maps (2015).

Figure 2. Location map of study area. Source: designed by the authors based on IBGE (2020) and Esri Data and Maps (2015).

A pesca industrial caracteriza um dos vetores de maior pressão à atividade e ao ecossistema marinho, e entre os principais impactos observados está o rápido declínio do estoque pesqueiro da região (D'Incao *et al.*, 2002).

A cadeia produtiva de petróleo e gás também representa grande ameaça à atividade na área. Devido

a geomorfologia regional, composta pela Bacia de Santos (maior bacia sedimentar *offshore* brasileira) (Moreira *et al.*, 2007), a Costa Verde tornou-se um dos maiores focos de exploração e comporta o maior terminal petrolífero para escoamento da América Latina (Cunha, 2001).

5. Resultados e discussão

Descrição e análise das iniciativas selecionadas: intersecções e dissonâncias

As tabelas 1 e 2 apresentam as iniciativas que foram analisadas. As colunas foram construídas de forma a facilitar a identificação das práticas, em especial quanto à natureza de sua elaboração, e para entender seus objetivos e ações priorizadas.

Observou-se a preponderância das próprias comunidades como articuladoras de grandes movimentos e das organizações não governamentais. Estas organizações estão associadas com ao menos três formas de ação: (i) produção de iniciativas próprias para apoio técnico-científico da pesca artesanal e tutoria do Estado; (ii) inserção em movimentos comunitários de modo a atuar internamente; (iii) execução de programas coordenados pelo Estado com financiamento estatal ou não, como é o caso do Projeto de Educação Ambiental (PEA) da Costa Verde (tabela 3).

O conteúdo dos dados demonstra um certo diálogo, mesmo que genérico, com os aspectos socioculturais da pesca artesanal. Em iniciativas como a Comissão de Pesca Continental e Aquicultura para a América Latina (COPPEAALC) e *Coastal Fisheries Initiative - Latin America* (CFI-LA), a abordagem destes aspectos respondem ainda ao eixo central de preservação marinha (manejo de espécies específicas ou ações contra a pesca ilegal, p. ex.). Já para o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), por

exemplo, a subsistência e o bem-estar das comunidades assumem centralidade.

A divergência de eixos centrais implica em ações igualmente divergentes, o que pode dificultar o avanço da cooperação entre elas. As iniciativas internacionais tendem a focar no sistema alimentar da pesca (extração, transporte, transformação, comercialização e consumo) enquanto os movimentos nacionais e regionais ainda focam em pautas como o direito à permanência e a regularização dos territórios pesqueiros.

O território pesqueiro é também abordado de formas distintas a depender da escala em que determinada prática se posiciona na estrutura da governança marinha. O conceito em si não foi encontrado nos materiais internacionais, mas alguns tópicos o tangenciam. Na Lei Modelo (tabela 2) destacam-se os trechos:

Os Estados irão respeitar e proteger os direitos ancestrais dos povos [...] que praticam a pesca artesanal ou de pequena escala, especialmente o direito a serem consultados antes de qualquer ação nos seus territórios [...] (PARLATINO, 2017:p. 36).

Os Estados irão adotar políticas, estratégias e legislações adequadas para garantir que os pescadores [...] usufruam de direitos de posse seguros, equitativos e apropriados do ponto de vista social e cultural sobre os recursos pesqueiros [...] (PARLATINO, 2017:p. 35).

Tabela 2. Principais iniciativas no âmbito da América Latina e Brasil.
Table 2. Major initiatives in Latin America and Brazil.

Iniciativa	Realizador/es	Abrangência	Objetivo	Ações
Lei Modelo da Pesca Artesanal ou em Pequena Escala – 2017	PARLATINO	América Latina	[...] garantir de forma permanente e com caráter de prioridade nacional, o desenvolvimento e a sustentabilidade da pesca artesanal ou de pequena escala, alinhamento com os instrumentos internacionais [...] (PARLATINO, 2017, p.12).	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de arcabouço jurídico de referência para os Estados criarem, fortalecerem e complementarem políticas, estratégias e legislações. - Fortalecer a cooperação Sul-Sul.
Comissão de Pesca em Pequena Escala, Artesanal e Aquicultura da América Latina e Caribe (COPPE-SAALC)	FAO	América Latina e Caribe	"Promover o ordenamento e desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira continental e da aquicultura, de acordo com os princípios e normas do Código de Consulta para a Pesca Responsável" (FAO, 2021, não paginado).	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento e qualificação de lideranças e organizações sociais - Apoio às políticas públicas. - Apoio à projetos regionais.
Rede Latino-americana das Mulheres do Setor Pesqueiro	INFOPECA	América Latina	"Conquistar o total reconhecimento do papel da mulher na pesca. O apoio à suas atividades e sua realização econômica e humana [...]" (INFOPECA, 2021, não paginado).	<ul style="list-style-type: none"> - Informação e qualificação da mulher para maior participação e desempenho no setor. - Detectar e apoiar fontes de financiamento e obtenção de recursos. - Fomentos às redes locais.
Iniciativa de Pesca Costeira (Coastal Fisheries Initiative- Latin America)	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Equador e Peru	"Alcançar o uso sustentável dos recursos aquáticos no Equador e Peru para proteger o meio ambiente e garantir benefícios sociais e econômicos para as comunidades locais" (FAO, 2021, não paginado).	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação e fortalecimento dos pescadores para melhor participação e desempenho na pesca. - Capacitação de governos regionais para manejo da pesca artesanal. - Qualificação e certificação de mulheres.
Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)	Pescadores e pescadoras artesanais	Brasil	Lutar pelos direitos de comunidades pesqueiras e garantir a permanência em seus territórios.	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de instrumentos legais para regularização do Território Pesqueiro. - Denúncias de crimes ambientais. - Pressão por políticas públicas e direitos assegurados.
Articulação Nacional das Pescadoras (ANP)	Pescadoras artesanais	Brasil	Introduzir na luta ampla dos pescadores artesanais questões de gênero, a fim de garantir direitos que sempre foram negados às mulheres pescadoras.	<ul style="list-style-type: none"> - Campanhas por saúde e direitos. - Denúncias de crimes ambientais. - Pressão por políticas públicas. - Denúncia de violência doméstica.
Conselho Pastoral dos pescadores (CPP)	Agentes pastorais, leigos, religiosos e padres	Brasil	Colaborar com os pescadores nas suas demandas, respeitando sua cultura, e lutar para a preservação do meio ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria política e jurídica. - Fomento às atividades produtivas e economia solidária. - Apoio às lutas de permanência e reconhecimento territorial.

Tabela 3. Principais iniciativas no âmbito da Costa Verde.
Table 3. Major initiatives in Costa Verde.

Iniciativa	Realizador/es	Abrangência	Objetivo	Ações
Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT)	Associações e representantes de comunidades tradicionais	Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba	Dar visibilidade a cultura tradicional, assegurar o uso e acesso ao território e avançar na regularização de terras das comunidades tradicionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de políticas públicas. - Ações de combate à insegurança alimentar. - Apoio a demandas territoriais. - Denúncia a crimes ambientais
Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS)	FIOCRUZ/ FCT	Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba	Contribuir para a agenda global de desenvolvimento sustentável a partir de um modo de governança que se mostre capaz de promover a territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e a melhoria dos indicadores de sustentabilidade e saúde nos territórios tradicionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação para maior capacidade de gestão e governabilidade das comunidades. - Apoio técnico e científico. - Fomento a ações comunitárias. - Campanhas para saúde e segurança alimentar.
Projeto de Educação Ambiental (PEA) da Costa Verde	Petrobrás/ IBAMA/ OTSS	Costa Verde	Desenvolver processo educativo envolvendo as comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais com vistas ao fortalecimento de processos organizativos para a permanência nos territórios sustentáveis e saudáveis em que vivem e trabalham	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação para participação na gestão socioambiental. - Ações de combate à insegurança alimentar. - Apoio ao escoamento de produtos agroflorestais e pesqueiros. - Apoio a demandas territoriais
Sindicato dos Pescadores Profissionais e Artesanais	Pescadores e parceiros	Estado do Rio de Janeiro	Melhoria das condições de trabalho, o reconhecimento dos direitos da categoria e a preservação do meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Denúncia de crimes ambientais. - Qualificação profissional.

A noção de direito de posse dos territórios nestes casos está mais ligada a garantia do usufruto dos recursos e a forte regulação estatal, do que territórios exclusivos geridos pelo corpo coletivo das comunidades.

Isso se expressa também no grau de tensão que os discursos geram na dinâmica da governança marinha. A argumentação sobre territórios pesqueiros nas iniciativas do Brasil e Costa Verde mostrou-se mais combativa, sendo associada com a prática constante de denúncias de crimes ambientais e opressões oriundas dos interesses da iniciativa privada nas áreas. As

campanhas “Território Pesqueiro” e “Nem um Poço a Mais!” do MPP e CPP são feitos emblemáticos nesse sentido.

Mesmo com as diferenças pontuadas, alguns tópicos conduzem o *modus operandi* de quase todas as iniciativas estudadas. Nota-se, entretanto, que tais tópicos não surgem da mesma forma. O mais relevante deles é a participação social, mais especificamente a participação de pescadores e pescadoras artesanais nos espaços de governança.

A participação social nas iniciativas do terceiro setor e Estado está mais próxima ao fim da sua cadeia

de atuação (processos educativos à qualificação à maior participação à políticas públicas, p. ex.), isto é, dos resultados. O PEA Costa Verde (tabela 3) figura bem o observado. O Projeto é uma condicionante ambiental do IBAMA para licenciar megaempreendimentos na costa e tem como propósito central a educação continuada para o horizonte de maior participação.

As organizações de pescadores, por outro lado, têm a participação não só como meio para conquista dos fins, mas como premissa da sua construção. A ampla articulação de pescadores artesanais, como no MPP, carrega em si a necessidade de uma atuação representativa e coesa na governança (FOX, 2020), o que representaria a concretização de uma participação mais robusta (Marteleto & Silva, 2004).

Outro tópico de intersecção entre as práticas é a igualdade de gênero. Entre as ações direcionadas a pescadoras estão: pressão por políticas públicas específicas, profissionalização, fomento a redes locais, garantia de direitos já assegurados a homens da pesca, campanhas para a saúde e contra a violência doméstica e a luta pela participação equitativa na governança marinha.

A participação de mulheres não diz respeito apenas a minimizar a desigualdade de gênero no planejamento e na interação com os oceanos, é também sobre abranger na governança todas as ligações socioecológicas com os ecossistemas marinhos. Na pesca artesanal a presença de mulheres é ainda mais expressiva do que em outros setores marítimos, o que torna sua participação mais necessária (Gissi *et al.*, 2018).

No caso da ANP, alguns avanços descritos foram a inserção de pescadoras nas colônias, inclusive em cargos de autoridade, maior acesso a direitos previdenciários e a criação de redes de apoio com outros movimentos de mulheres (CPP, 2015).

A Rede Latino-americana de Mulheres do Setor Pesqueiro aponta entre seus resultados o aumento do rol de membros e como efeito, da abrangência de suas ações e o levantamento de recursos financeiros e assistência técnica com órgãos de outros níveis como a FAO e Banco Mundial (INFOPESCA, 2021). Isso nos leva a outro tópico relevante para análise, o componente multiescalar nas atuações das organizações.

Identificando a multiescalaridade nas iniciativas analisadas

A relação entre os níveis de gestão da governança marinha se apresenta de diferentes formas a depender da escala geográfica e jurisdicional das iniciativas. De maneira geral, foi observado que a atuação multiescalar tende a se limitar a escalas mais próximas de governança.

Organizações latino-americanas apresentaram maior cooperação com níveis globais e nacionais. A maioria dos projetos da COPPESAALC, por exemplo, propõem a intervenção na pesca por meio da articulação com governos, ministérios do meio ambiente e outros órgãos nacionais.

Estas ações respondem a direcionamentos previstos pelas agências globais, como o Código de Conduta para a Pesca Responsável⁴, amplamente citado nas iniciativas da América Latina e assumido pelo governo brasileiro (Bertozzi *et al.*, 2015), porém não mencionado nas ações analisadas do Brasil e Costa Verde.

A Lei Modelo também exemplifica essa tendência. Na governança marinha global a lei tem recebido grande atenção como o primeiro marco jurídico de referência para a pesca artesanal (FAO, 2021). O documento, entretanto, não foi referido nas ações observadas nas escalas mais baixas da estrutura de governança.

⁴ Construído pela FAO em 1995 para nortear o desenvolvimento sustentável da pesca mundial.

As intervenções nacionais e regionais estão majoritariamente associadas entre si e a escalas mais locais de governança. Isso pode ser compreendido pelo fato de que estas iniciativas se configuram ou são mais influenciadas pela articulação de movimentos originados nos territórios (Fanning *et al.*, 2007). O maior alinhamento de pautas, como a luta pelo território pesqueiro ou o fim da expansão petroleira, é um reflexo verificado deste processo.

O Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (tabela 3) foi a única iniciativa não internacional que pontuou a intenção de alinhamento das suas ações com medidas globais de governança, no caso, com a Agenda 2030 da ONU.

A multiescalaridade, como já discutido, é intrínseca à governança marinha. Percebe-se, contudo, uma maior atenção a este componente no cenário internacional. Isso devido ao destaque que recebe na definição dos objetivos e a Lei Modelo é simbólica nesse sentido, considerando a centralidade em que a Cooperação Sul-Sul⁵ é abordada no documento.

Também se vincula essa maior atenção ao fato de que as iniciativas internacionais serem mais dependentes de fluxos verticais para sedimentar suas propostas nos territórios pesqueiros (Fanning *et al.*, 2007).

Em contraste, as intervenções nacionais e regionais tendem a focar mais nos processos horizontais da governança marinha. Foi observado que suas ações objetivam a pressão direta nos diferentes estágios dos ciclos, sejam por meio da participação em espaços decisórios ou manifestações coletivas externas.

Conjectura-se que isso está associado ao fato de que essas organizações atuam de acordo com os conflitos imediatos dos territórios, normalmente associados a ciclos específicos de manejo ou políticas públicas. É

possível exemplificar essa dinâmica com casos como a articulação contra a criação de um Parque Marinho na Costa Verde (FCT, 2021), que aumentaria a criminalização dos pescadores artesanais, ou a pressão para a liberação de benefícios do INSS ligados à pesca (MPP, 2021).

A relevância das iniciativas para a pesca artesanal

Ainda que divergências de perspectivas e limites de interação entre as escalas tenham sido identificadas ao longo da análise, as iniciativas observadas cumprem diferentes funções no fortalecimento da pesca artesanal.

As organizações latino-americanas parecem contribuir mais para a definição de agendas relativas à pesca artesanal. Gonçalves (2006) aponta que por meio da produção de relatórios e dominação da informação, do uso competente de recursos tecnológicos, influência na mídia e a formação de redes, estas organizações são capazes de orientar discursos e pressionar governos dentro da governança marinha.

Observou-se que o alcance dos objetivos e a concretização das ações das iniciativas internacionais (tabela 2) se dão em processos como a orientação de governos, monitoramento dos indicadores de desenvolvimento da pesca e saúde dos pescadores e a elaboração de arcabouços jurídicos que conduzam a produção de políticas públicas em diferentes países.

Ao mesmo tempo, as iniciativas nacionais e regionais se mostram mais voltadas às ações práticas e à luta cotidiana contra os ataques à pesca artesanal. Este processo encontra respaldo na atuação das iniciativas da América Latina no sentido em que a definição de agendas internacionais que priorizem a prática e seus trabalhadores geram campos mais fér-

⁵ Processo de intercâmbio de conhecimentos e recursos entre países em desenvolvimento para alcance de metas acordadas internacionalmente (ONU, 2021).

teis para a participação e conquista de pautas locais (Vivero, 2002).

Traçando um paralelo entre as atuações nas três escalas de governança observadas é possível substancializar essa dinâmica nas seguintes correlações: as intervenções de abrangência latino-americana pressionam os Estados definindo direitos e deveres que envolvem, por exemplo, a garantia de acesso e uso preferencial dos recursos pesqueiros em relação a

outras atividades; simultaneamente, as intervenções nacionais pressionam os níveis mais altos de gestão do país (governo federal, ministérios, etc) por pautas comuns aos territórios pesqueiros brasileiros, como o fim da expansão da atividade petroleira; enquanto que as iniciativas regionais, ainda nessa lógica, pressionam órgãos estaduais ou ainda mais locais contra, por exemplo, a instalação de um megaempreendimento do petróleo específico em determinado local.

6. Considerações finais

A análise crítica das iniciativas contribuiu para identificar e analisar na governança marinha da América Latina as ações prioritárias para uma maior influência da pesca artesanal, as principais pautas levantadas sobre o tema em diferentes escalas de atuação e as divergências e convergências de perspectivas sob as quais a pesca está sendo abordada.

Um primeiro ponto de destaque é que a maioria das iniciativas são realizadas por organizações do terceiro setor e pelas próprias comunidades pesqueiras (sejam por associações, coletivos, movimentos sociais etc.), o que demonstra sua importância na disputa de espaços e narrativas na dinâmica da governança.

Verificou-se também diferenças em alguns tópicos importantes para a pesca artesanal, como a constituição do território pesqueiro. Iniciativas originadas em escalas mais altas da governança focaram mais nos aspectos ecológicos e abordaram o direito ao território mais associado à regulação estatal. Já iniciativas nacionais e regionais possuem maior enfoque aos aspectos socioculturais e a um horizonte de direitos territoriais exclusivos.

Não foi percebido uma ampla cooperação e alinhamento de atuação entre todas as escalas de governança analisadas, entretanto nota-se uma articulação entre níveis mais próximos. As iniciativas internacio-

nais dão maior atenção ao componente da multiescalaridade, enquanto iniciativas mais próximas aos territórios se dedicam mais à ocupação dos ciclos de políticas e manejos.

Entre as ações comuns à maioria das intervenções estão a qualificação da participação social e a equidade de gênero. A estas ações estão associados processos educativos, apoio a organizações comunitárias, fomento às redes locais, profissionalização, garantia de geração de renda, entre outros.

A relevância das intervenções selecionadas neste estudo responde à realização de diferentes papéis para garantir a influência da pesca artesanal no exercício de governança, que envolve desde a definição de agendas até a atuação cotidiana a partir de demandas territoriais.

Por fim, reiteramos que este estudo foi um primeiro e importante esforço para a análise conjunta das iniciativas em três níveis de governança. Entretanto, compreende-se que estudos empíricos são necessários para preencher lacunas como a identificação de possíveis iniciativas ou relações de cooperação não mapeáveis na pesquisa *online*, a implicação prática das ações aqui descritas e a compreensão mais aprofundada das organizações quanto às perspectivas assumidas e intervenções na governança marinha.

7. Referências

- Accelrad, H. 2002. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e meio ambiente*, 5(5): 49-60. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v5i0.22116>
- Akerman, M. 2004. Território, governança e articulação de agendas. *Gestão Local*. Disponível em: <https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wp-content/uploads/2016/06/e-home-cidadessaudaveis-web-upload-Publicacoes-71392-1.pdf>
- Alencar, C. A. G.; Maia, L. P. 2011. Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros. *Arquivos de Ciências do Mar*, v. 44(3). Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7769>
- Barbieri, E. *et al.* 2014. Avaliação dos Impactos ambientais e socioeconômicos da aquicultura na região estuarina-lagunar de Cananéia, São Paulo, Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 14(3). Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3883/388340108003.pdf>
- Bardin, L. 1977. Content analysis. São Paulo: Livraria Martins Fontes.
- Begossi, A. *et al.* 2010. Ecologia de Pescadores da Baía de Ilha Grande. São Carlos: Editora Rima2010.
- Begossi, A. *et al.* 2014. The Paraty fishery in the context of co-management and Latin American fisheries. In: Begossi, A.; Lopes, P. F. M (Orgs.). Paraty small-scale fisheries: suggestions management. São Carlos: Rima Editora. Disponível em: <https://dare.uva.nl/search?identifier=faddf689-5382-4db8-b9ae-a30e-daa691a6>
- Bertozi, C. P. *et al.* 2015. Caravana pescador amigo: sensibilização e capacitação para o desenvolvimento da pesca responsável. In: Congresso de extensão universitária da UNESP. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/142638>
- Bodin, Ö. 2017. Collaborative environmental governance: achieving collective action in social-ecological systems. *Science*, 357(6352). DOI: <https://doi.org/10.1126/science.aan1114>
- Bonfa Neto, D. 2020. O estado mundial da pesca e aquicultura em 2020. Mares: *Revista de Geografia e Etnociências*, 2(2): 111-114. Disponível em: <http://revista-mares.com.br/index.php/files/article/view/88>
- CPP – Conselho Pastoral Dos Pescadores. 2015. Articulação Nacional das Pescadoras: a contribuição das mulheres para a luta das comunidades pesqueiras do Brasil. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/noticia/articula%C3%A7%C3%A3o-nacional-das-pescadoras-contribui%C3%A7%C3%A3o-das-mulheres-para-luta-das-comunidades>
- Cardoso, E. S. 2003. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. *GEOUSP-Espaço e tempo*, nº14.
- Cardoso, E. S. 2005. Pescadores Geografia e Movimento Social. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Anais. Universidade de São Paulo.
- Cardoso, E. S. 2015. Pescadores, trabalho e geografia: uma aproximação de escalas, modalidades e embates presentes no trabalho pelas águas. *Terra Livre*, 2(33).
- Cioffi, G. 2021. O uso público sustentável em áreas protegidas: uma análise do Turismo de Base Comunitária do Território Tradicional Caiçara de Picinguaba. Dissertação de mestrado. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.100.2021.tde-27042021-141430>
- Costa, J. C.; Asmus, M. L. Base ecossistêmica da atividade pesqueira artesanal: estudo de caso no Baixo Estuário da Lagoa dos Patos (BELP), RS, Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 44. OI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v44i0.55001>
- Cotrim, D. S.; Miguel, L. A. 2007. Uso do enfoque sistêmico na pesca artesanal em Tramandai-RS. *Eisforia*, 5(2): 136-160. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lovois-De/publication/242143544_USO_DO_ENFOQUE_SISTEMICO_NA_PESCA_ARTESANAL_EM_TRAMANDAI_-RS/links/5ef37f40a6fdcccb7b1f9e66/USO-DO-ENFOQUE-SISTEMICO-NA-PESCA-ARTESANAL-EM-TRAMANDAI-RS.pdf
- Cunha, I. A. 2001. Conflito ambiental na costa de São Paulo: o plano diretor de São Sebastião. *Saúde e Sociedade*, 10: 15-31, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/tgwy3y7DQhTNKpccFF4Nbhs/?format=pdf&lang=pt>
- Deleuze, G.; Guattari, F. 1996. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia (Vol. III). Rio de Janeiro: Ed, v. 34.
- De Paula, C. Q. 2018. Impactos ambientais na pesca artesanal brasileira: uma interpretação geográfica. *Revista PerCursos*, 19(41). DOI: <https://doi.org/10.5965/1984724619412018079>

- De Paula, C. Q.; Silva, C. N. 2020. Disputas nos territórios da pesca artesanal brasileira como expressão da dialógica entre território e ambiente. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, 6. DOI: <https://doi.org/10.18764/2446-6549.e202012>
- Diegues, A. C. 2008. O mito moderno na natureza intocada. São Paulo: Editora Hucitec.
- D'incao, F.; Valentini, H.; Rodrigues, L. F. Avaliação da pesca de camarões nas regiões Sudeste e Sul do Brasil (1965-1999). *Atlântica*, 24(2): 103-116. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/5716>
- ESRI Data and Maps. 2021. Countries WGS84. 2015. Disponível em: <https://hub.arcgis.com/datasets/a21fdb46d23e4ef896f31475217cbb08_1/explore> Acesso em: 10 de novembro de 2021.
- Fanning, L. et al. A large marine ecosystem governance framework. *Marine Policy*, 31(4): 434-443. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2007.01.003>
- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2015. Voluntary guidelines for securing sustainable small-scale fisheries. The Context of Food Security and Poverty Eradication. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i4356en/i4356en.pdf> Acesso em: 12 de outubro de 2022.
- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2021. CFI in Latin America. Disponível em: <<https://www.fao.org/in-action/coastal-fisheries-initiative/activities/latin-america/en/>> Acesso em: 24 de novembro de 2021.
- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2017. The first artisanal fishing law in the world aims to protect small-scale fishermen in Latin America and the Caribbean. Disponível em: <<https://www.fao.org/in-action/agronoticias/detail/en/c/901159/>> Acesso em: 10 de novembro de 2021.
- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2021. Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Disponível em: <<https://www.fao.org/americas/copescalc/es/>> Acesso em: 21 de novembro de 2021.
- FCT – Fórum de Comunidades Tradicionais. 2021. Manifestação FCT. Disponível em: < <https://www.preservareresistir.org/single-post/manifesta%C3%A7%C3%A3o-fct-parquemarinhoubatuba> > Acesso em: 5 de dezembro de 2021.
- Foschiera, A. A.; Pereira, A. D. 2014. Pescadores do Rio Tocantins: perfil socioeconômico dos integrantes da colônia de pescadores de Porto Nacional (TO). *Revista Interface (Porto Nacional)*, 7. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/696>
- Fox, V. P. P. 2010. Pesca artesanal e desenvolvimento local: o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE (1990 - 2009). Dissertação de mestrado. 2010.
- Germani, G. I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: Coelho Neto, A. S.; Santos, E. M. C. E Silva, O. A. (Org.). 2010. (GEO)grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana (BA): UEFS Editora. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_germani_questaoagrariamovimentossociais.pdf
- Gissi, E.; Portman, M. E.; Hornidge, A. K. 2018. Un-gendering the ocean: Why women matter in ocean governance for sustainability. *Marine Policy*, 94: 215-219. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2018.05.020>
- Gonçalves, A. 2006. A legitimidade na governança global. In: Congresso Nacional da Compedi. 2006. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_e_politica_alcindo_goncalves.pdf
- Haesbaert, R. 2007. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, 9(17). Disponível em: https://dlwqtxts1xzl7.cloudfront.net/33633119/Multiterritorialidade_GEOgraphia_PDF-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1647898862&Signature=DNdWITfW4Ux3oLzZXA7mNLalDp2aClu1PBuCXQW-wSDTiK-Filh2TWNQ833RdjU7991Ez2Ijt1-TbjtI5G8Uw2aJJ3HNGmKrcHydQVduwXoQT9M-imsZUAvCuMGCrTtqNDxb052q4x3ayj5gF-sBcl-PEiURMjY8vPPs16vQ4OGmWiEY1w5FVmkJk-wK2eS00sadcZlddQ-8OQs9BpkC6FQa7Gn4gl-9HEvGchG57-U13EvF0uerPDUUW4lbR6tK-6jAVZ4sO5OMU8bey88aKpIJJ6CneJq0A1D-DjPvLndbfD-JGg7-Ac16bDWjQrzIA3E-FoI4V8bHAXpo7Jv5AA0Okgg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA
- Haesbaert, R. 2005. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: Figueiredo, A.H. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=KG0qAAAAAYAAJ&oi=fnd&pg=PA15&dq=Desterritorializa%C3%A7%C3%A3o,+>

- multiterritorialidade+e+regionaliza%C3%A7%C3%A3o&ots=7ZQA0CH-zl6&sig=v9KUdydiT3hEyXJBpLM-kHxuamyg#v=onepage&q=Desterritorializa%C3%A7%C3%A3o%2C%20multiterritorialidade%20e%20regionaliza%C3%A7%C3%A3o&f=false
- Hellebrandt, D.; Allison, E. H.; Delaporte, A. 2014. Segurança alimentar e pesca artesanal: análise crítica de iniciativas na América Latina. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 32. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v32i0.35548>
- IBAMA. 2007. Estatística da pesca. Brasília: MMA, 2007. Disponível em: < <http://www.ibama.gov.br/phoca-download/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/gestao-pesqueira/estatistica-pesqueira/2007-ibama-estatistica-da-aquicultura-e-pesca-no-brasil.pdf>> Acesso em: 12 de outubro de 2022.
- IBGE. Malha Municipal. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=downloads>> Acesso em: 20 de novembro de 2021.
- INFOPESCA. 2021. El Rol de las Mujeres em cada uma de los eslabones de la cadena de valor em la Pesca y la Acuicultura. Disponível em: <https://servicio.pesca.mapama.es/cimujerespesca/files/presentaciones/T3_2_Graciela_Pereira_INFOPESCA.pdf> Acesso em: 30 de novembro de 2021.
- Instituto de Pesca/Petrobrás. 2016. Caracterização socioeconômica da atividade pesqueira e aquícola nos municípios do litoral dos Estados de São Paulo e do Paraná – PCSPA. Relatório Técnico Final. 2016.
- Jentoft, S. 2004. Institutions in fisheries: what they are, what they do, and how they change. *Marine Policy*, 28: 137-149. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0308-597X\(03\)00085-X](https://doi.org/10.1016/S0308-597X(03)00085-X)
- Kissler, L.; Heidemann, F. G. 2006. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, 40(3): 479-499. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/rwrQDBzcvb7qVLGgdBvdWDH/?format=pdf&lang=pt>
- Lemay, M. 1998. Manejo de los recursos costeros y marinos en América Latina y el Caribe. Informe Técnico. BID, Departamento de Desarrollo Sostenible, División de Medio Ambiente, Washington. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Manejo-de-los-recursos-costeros-y-marinos-en-Am%C3%A9rica-Latina-y-el-Caribe.pdf>
- Mahon, R.; Fanning, L.; Mcconney, P. 2009. A governance perspective on the large marine ecosystem approach. *Marine Policy*, 33(2): 317-321. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2008.07.013>
- Marteletto, R. M.; Silva, A. B. O. 2004. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da informação*, 33(3): 41-49. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/tTzCLwn7BnJGcD3Bjgcbds/?format=pdf&lang=pt>
- Mateos, J. C. R. 2002. Justicia social y estructuras de poder en la gobernanza de la pesca. *Jaina en línea*, 13(1). Disponível em: <http://etzna.uacam.mx/epomex/pdf/jaina13-1.pdf#page=19>
- Mertens, F.; Távora, R.; Fonseca, I. F. D.; Grando, R.; Castro, M.; Demeda, K. 2011. Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. *Acta Amazônica*, 41(4): 481-492. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0044-59672011000400006>
- Moreira, J. L. P. et al. Bacia de Santos. Boletim de Geociências da PETROBRAS, v. 15, n. 2, 2007. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/56751053/BGP_2007_15_2_60_Bacia_de_Santos-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1647899144&Signature=Z2vkP40-MqLve804aH4wY8d-kQZN1942ow9qGIgEcrmJGzg-Ouu-Jjedol-wBwf8yxwG4LXZ-SS-xloSV-IbibpT7sF-W15On0-CJBiXL3C3kedkHBqEQVehCd6g2wf7o-3giCBcYsmba0Z-nm3Fa7gzqKTu9w6GVX1Dz-WATMtaCHOKZJA51o5WvFqRgk79WkK2dX-yG-zUffHujsLXZ-02GUhwmHOOv2YjNfRAm-Femy9TdCPN6Hn7-m-r6J-MktE1jwOE0YahxoG-4GzZqZdcEI2OiKu1wfbD3CbGGnc3Bf3oi-UkTQqQ41JOAWPdV4cq-oP8UjSPVaX-yKraF-nmdZYggw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSL-RBV4ZA
- MPP – Movimento Dos Pescadores e Pescadores Artesanais. MPP Brasil. 2021. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MPP-Brasil-101109385554196>> Acesso em: 9 de dezembro de 2021.
- Newig, J.; Fritsch, O. 2009. Environmental governance: participatory, multi-level—and effective? *Environmental Policy and Governance*, 19(3): 197-214. DOI: <https://doi.org/10.1002/eet.509>

- Nobre, D. M.; Schiavetti, A. 2018. Acordos de pesca, governança e conselho deliberativo de reserva extrativista: caso da RESEX de Cassurubá, Caravelas, Bahia, Brasil. *Boletim do Instituto de Pesca*, 39(4): 445-455. Disponível em: pesca.sp.gov.br/boletim/index.php/bip/article/view/1011
- ONU. 2021. The best example of solidarity among countries. Disponível em: <<https://www.un.org/en/observances/south-south-cooperation-day> > Acesso em: 5 de dezembro de 2021.
- Parlatino. 2017. Lei Modelo de Pesca Artesanal ou em Pequena Escala do Parlamento Latino-Americano e Caribenhos. 2017. Disponível em <https://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/ley-modelo-pesca-artesanal-pt.pdf> Acesso em: 21 de novembro de 2021.
- Pellizzoni, L. 2004. Responsibility and Environmental Governance. *Environmental Politics*, 13(3): 541–565, DOI: <https://doi.org/10.1080/0964401042000229034>
- PROST, C.; SANTOS, M. A. 2016. Gestão territorial em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e incoerências no SNUC. *Novos Cadernos NAEA*, 19(1). Disponível em: <https://doi.org/10.5801/ncn.v19i1.2224>
- Quizán-Plata, T. *et al.* 2020. Determinants and Consequences of Food Insecurity in Artisanal Fishing Families From the Coastal Community of Sonora, Mexico. *Food and Nutrition Bulletin*, 41(4). DOI: <https://doi.org/10.1177/0379572120965874>
- Rodrigues, S. C. M.; Carvalho, A. C.; Da Silva, F. K. V. 2021. Grandes projetos e a relação com os recursos naturais na fronteira amazônica: os acordos de pesca como instrumentos moderadores em Limoeiro do Ajuru. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 8(1).
- Roquetti, D. R. *et al.* 2017. Deslocamento populacional forçado por grandes barragens e resiliência socioecológica: o caso da usina hidrelétrica de Barra Grande no sul do Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 20: 115-134, DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC-153R2V2032017>
- São Paulo (Estado). 2014. Secretaria do Meio Ambiente. Fundação Florestal. Produto 3 – Diagnóstico Participativo APA Marinha Do Litoral Norte E Arie De São Sebastião. São Paulo.
- Santos, B. S. 2005. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72: 07-44. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.979>
- Silva, C. N. 2008. Cartografia das percepções ambientais-territoriais dos pescadores do estuário amazônico com utilização de instrumentos de geoinformação. *Formação (Online)*, 1(15).
- Silva, C. N. 2019. Territorialidade da pesca brasileira: organização, pescadores e apetrechos na definição espacial. In: De Paula, C. Q.; Silva, C. N.; Silva, C. A. (Orgs.). *Geografia & Pesca Artesanal Brasileira*. Volume II. Belém: GAPTA/UFPA.
- Souza, D. L., & Santos, J. C. N. 2020. Associativismo e mobilização social nas comunidades de Fundo de Pasto. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2).. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/3560>
- Vivero, J. L. S. 2002. La gobernanza de la pesca em el contexto de la gobernanza marina: conceptos y principales líneas de actuación a escala internacional. *Jaina en línea*, 13(1). Disponível em: <http://etzna.uacam.mx/epomex/pdf/jaina13-1.pdf#page=19>